

Eu advertira no prólogo que a presente obra ainda não pôde ser concluída. O seu projeto original previa a redação de mais dois capítulos, cujas especulações teriam um caráter, sobretudo, hermenêutico, e outro no qual eu proporia a inferência de que o fracasso da logodicéia monoteísta, e de suas teodicéias, ofereceria fortes indícios da plausibilidade das hipóteses contrárias, quais seriam aquelas ventiladas pelos céticos e pelos trágicos, de que a racionalidade do real, no que concerne ao sentido da vida e à moral, ou não nos é relevantemente acessível, ou simplesmente não existe.

Nos capítulos de cunho hermenêutico analisaria o desenvolvimento histórico da doutrina monoteísta, com sua necessidade de consolidar a moral (baseada em uma idéia peculiar de justiça), no fundamento sólido e objetivo de uma transcendência que se revela. Analisaria ainda o drama do exílio babilônico e as reações então suscitadas, tanto desesperadas – como a dos céticos, que questionam a justiça e a providência de Deus (Jó e Qohelet), quanto utópicas – como o caráter teleológico da escatologia dos escritos apocalípticos.

E, no capítulo em que eu aprofundaria a crítica das teodicéias, por sua vez, o faria através do método da *reductio ad absurdum*, por meio do qual conduziria às últimas conseqüências um corolário das teodicéias de dois autores paradigmáticos do esforço por resguardar a moral da ameaça da falta de um fundamento metafísico racional: o mal que se *enraíza* no coração do homem (noção presente, de maneira análoga, tanto em Agostinho quanto em Kant). Ao fazê-lo demonstraria, ainda mais claramente, que tamanha depreciação do humano, com o objetivo de proteger a coerência do mundo, implicaria a demonstração da sua incoerência: um mundo coerente, compatível com a racionalidade da moral, exige a plena capacidade humana de agir moralmente. E se tal mundo houvesse sido criado por Deus, como ambos pretendem que o seja (um Deus bom, capaz de premiar a virtude com a felicidade), por que nos fez tão miseráveis? A nossa iniquidade, e a nossa penúria, são absolutamente incompatíveis com a suposta bondade do nosso Criador, isto é, a menos que não seja bom que sejamos virtuosos e felizes. Ou talvez tão simplesmente não o possamos ser *neste* mundo... Mas então será preciso inventar outro. E foi por isso, provavelmente, que se o fez.

O presente estudo, no estado em que atualmente se encontra, versou sobre o mal, e sobre aquele que creio ser o melhor dos artifícios que a razão humana se valeu para tentar compreendê-lo: o monoteísmo – a melhor sucedida de todas as tentativas de *explicação* e *justificação* do mal através do mais persuasivo sistema moral e metafísico jamais concebido, cuja eficácia psicológica, malgrado a sua extraordinária capacidade de atenuar o caos político e o desespero, em contrapartida, como pudemos constatar, suscita impasses filosóficos no mínimo embaraçosos, não meramente sob o aspecto da lógica (caso em que não apresentariam gravidade), mas, sobretudo, sob o aspecto da moral, porquanto se afiguram existencialmente insolúveis. (A menos, obviamente, que não se repute o mal – enquanto sofrimento supérfluo e injustificável, perpetrado ou padecido – o paroxismo da experiência absurda.)

Aliás, ainda que breves, as reflexões preliminares sobre a natureza do mal são, sem dúvida, o ponto mais crucial deste estudo; e se estiverem equivocadas, muitas de suas conjecturas não se sustentarão. A condição de validade da minha crítica consiste, pois, na verdade da premissa que afirma a existência do mal; e que o define enquanto positividade aniquiladora, manifestada na vivência concreta de um sofrimento inútil, perpetrado ou padecido; o qual, impassível de se esvair na vaidade de uma explicação racional, suscita o irrefragável sentimento de que não deveria ser como, de fato, é. O mal, portanto, sendo o que se experimenta como absoluta aberração, e o que não tem qualquer admissível finalidade, é o *absurdo injustificável*, a indesejada presença do caos e da irracionalidade na experiência cotidiana dos homens que a padecem.

É verdade que a fé cujo objeto não é atual, mas a *virtualidade* de uma felicidade que se acredita, não somente possível, mas presente na *utopia* que aguarda os homens no futuro – qual seja a esperança –, por si só, afigura-se um sentido para a vida e, por conseguinte, um antídoto contra o mal. Mas é precisamente o irremediável desespero daquele que se indaga acerca do sentido da vida, por se lhe ter deparado o que não é capaz de suportar, e que, portanto, não pode admitir, embora, desgraçadamente, não consiga se desvencilhar, o que melhor caracteriza a absurdidade do mal.

Dizer se o mal veio antes das tentativas de dissolvê-lo por intermédio de uma explicação e uma justificação racional é mais fácil do que dizer se o ovo veio antes da galinha, mas não deixa de ser apenas uma conjectura. Desde que o homem existe, os sofrimentos excruciantes, físicos ou psicológicos, cometidos ou sofridos, igualmente

existem. Mas eles se tornaram tão mais excruciantes quanto mais se esperou que eles não existissem. E isso só passou a acontecer quando alguém decidiu que o universo, para fazer sentido, deveria ser um cosmo e não um caos. Foi esse primeiro profeta da harmonia, talvez, o grande responsável pela origem da civilização. E conquanto o seu insight tenha sido assimilado por todas as culturas pelas quais o “homem ocidental” é capaz de nutrir algum respeito, nenhuma o aperfeiçoou tanto quanto aquela que tem o racionalismo, e o monoteísmo, como as mais profundas e indelévels marcas da sua constituição.

Ocorre que, paradoxalmente, enquanto convergiu para acentuar o sofrimento (porquanto doravante se passou a acreditar que a dor precisa de um excelente motivo para acontecer), a crença na harmonia também ofereceu a sua cura; inoculou veneno, mas, aos que crêem no futuro, ofereceu o seu psicotrópico antídoto. O universo não é um caos, e, assim, a felicidade é possível, e como tal, se a pode esperar. Conquanto ainda não se a possa desfrutar em ato, pode-se, ao menos, “antegozá-la” na esperança em que consiste a *certeza* da sua posse futura. Pois que uma existência absurda, isto é, sem lei, sem justiça e sem ordem; a insegurança da dúvida, e, portanto, a incerteza da bem-aventurança; um mundo, destarte, indiferente à nossa realização pessoal, quem o poderá habitar? Muito poucos, provavelmente. Desejamos saber o significado disso tudo. E, desde que sejamos humanos, precisamos sabê-lo. Mas tal significado, objeto da nossa humana necessidade, não pode ser diferente do objeto do nosso desejo: esse significado precisa ser consonante com a nossa expectativa de afinal sermos felizes.

Mas a felicidade não pode, absolutamente, ser a esperança de todos, a menos que se abdique da moral enquanto mecanismo de controle social, e, por conseguinte, da nossa aspiração à harmonia absoluta: a consonância comunitária deve manifestar a consonância cósmica. O conflito é, pois, o paradigma da desordem, e, como tal, deve ser eliminado. Mas, como fazê-lo?

A solução é complexa, e envolve uma multiplicidade de ações interconectadas cuja ordem não se deixa facilmente adivinhar. A extraordinária invenção do direito à beatitude se afigura uma delas. Obviamente não se deve tratar de um direito universal e inalienável. A bem-aventurança não pode ser garantida a todos, como algo inerente à dignidade intrínseca à nossa natureza humana, mas somente àqueles que a *merecerem*. Eis que assim abrolha a noção de mérito, que doravante passa a nortear a moralidade das ações humanas. Surge a pergunta “o que devo fazer?”, e com ela a resposta: “faze aquilo através do que te tornarás *digno* de ser feliz”. – Resta agora saber em que afinal

isso consiste, porquanto não se pode tratar de qualquer coisa: o que se quer evitar é, precisamente, a desordem. Deve, pois, ser algo definido objetiva e universalmente, e que seja ainda cogente o bastante para desencorajar violações. Quem poderia fazê-lo, se somos todos circunscritos aos limites da nossa subjetividade, e, portanto, limitados à nossa própria perspectiva, vinculados como estamos aos nossos interesses egoístas? Quem respeitaria de bom grado uma norma emanada de outro como ele? Se, todavia, o fizesse uma autoridade inteiramente ilibada, transcendente e absoluta, quem ousaria contestá-la?

Eis, portanto, quando nasce – Deus, o Santo doador da Lei – que se afigura o irrefragável critério de juízo das ações capazes de produzir mérito e, por conseguinte, prosperidade. E, como não há causas sem efeitos, ações inábeis para produzir mérito, naturalmente, produzem culpa, que, por sua vez, enseja castigo, que é essencialmente sofrimento. Surge, assim, a mais eficaz explicação do mal: consiste na transgressão da Lei, bem como na sua justa punição. No universo harmônico por Deus criado não há efeito sem causa, nem aleatoriedade: a fortuna é o galardão do justo, e, o infortúnio, a pena do iníquo.

Quem nos dera fosse assim. Só Deus no-lo daria, mas ele, de fato, não parece tê-lo feito; pois que há no mundo *dores excruciantes*, *violência hedionda* e ainda *injustiça*: ao sofrimento do inocente não raro se alia a felicidade do perverso, cujo castigo, quando acontece, nunca repara o irreparável. – Há males absolutamente irremediáveis.

Demonstrei, portanto, neste trabalho, que, se um Deus onipotente e justo for a origem de todas as coisas, como pretende o monoteísmo, há que se explicar porque algumas delas nos parecem tão incoerentes com a sua suposta procedência divina. Se tais justificativas não forem consistentes, não se poderá razoavelmente fundamentar em Deus (ou, sequer, na Razão metafísica), a justiça e a ordem do mundo; e, destarte, tampouco uma moral capaz de reger em termos absolutos a sociedade dos homens: o mal não se deixa assimilar por sistemas, eivando, pois, de suspeitas, a hipótese de que o fundamento do universo seja racional.

Resta, assim, a tragicidade do real, o seu caráter caótico, aleatório e, portanto, desprovido de justiça. O racionalismo e o monoteísmo foram incapazes de vencer a honestidade do ceticismo, ou o sentimento trágico da vida, malgrado a crueza do fato de se afigurarem terríveis ameaças à moral.

Examinei todas as obras que se fazem debaixo do sol: – *tudo é vaidade e correr atrás do vento!*

O que é torto não se pode endireitar;
o que está faltando não se pode contar. (Ecl 1,14-15)

Muita sabedoria, muito desgosto;
quanto mais conhecimento, mais sofrimento. (Ecl 1,18)

O sábio tem os olhos abertos,
o insensato caminha nas trevas.
Porém compreendi que ambos terão a mesma sorte. (...) O sábio morre com o insensato. (Ecl 2,13-14.16b)

Tudo caminha para um mesmo lugar:
tudo vem do pó
e tudo volta para o pó. (Ecl 2,20)

E eu exalto a alegria, pois não existe felicidade para o homem debaixo do sol, a não ser o comer, o beber e o alegrar-se; é isso que o acompanha no seu trabalho nos dias da vida que Deus lhe dá debaixo do sol. (Ecl 8,15)